

Companhia de Participações em Concessões

**Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e relatório dos auditores
independentes sobre as demonstrações financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Demonstrações dos valores adicionados	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

É com grande satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 21 de março de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Chácara Santo Antônio
04719-002 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia de Participações em Concessões
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Participações em Concessões (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Participações em Concessões em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

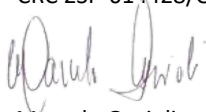
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Companhia de Participações em Concessões

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		80.621	97.813
Caixa e equivalentes de caixa	6	48.968	10.815
Aplicações financeiras	6	225	57.866
Contas a receber de partes relacionadas	8	893	8.517
Mútuos com partes relacionadas	8	2.607	-
Tributos a recuperar		17.219	18.270
Dividendos e juros sobre capital próprio	8	10.436	1.716
Despesas antecipadas e outros crédito		273	629
Não circulante		2.781.276	2.379.052
Realizável a longo prazo			
Mútuos com partes relacionadas	8	-	2.320
Tributos a recuperar		6.423	302
Outros crédito		10	-
Investimentos	9	2.773.601	2.374.944
Imobilizado	10	616	1.065
Intangível	11	421	421
Arrendamento		205	-
Total do ativo		2.861.897	2.476.865

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante		70.896	59.327
Fornecedores		797	974
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	8	97	390
Impostos e contribuições a recolher		556	7.594
Obrigações sociais e trabalhistas		13.089	10.390
Juros sobre capital próprio	8	56.100	39.950
Passivo de arrendamento		199	-
Outras obrigações		58	29
Não circulante		55.256	94.680
Obrigações sociais e trabalhistas		2.779	2.305
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	12.1	797	22
Provisão para passivo a descoberto	9.1	51.664	16.353
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	76.000
Passivo de arrendamento		16	-
Patrimônio líquido	13	2.735.745	2.322.858
Capital social		2.153.877	1.777.877
Reserva de capital		1.403	-
Ajuste de avaliação patrimonial		747.604	847.103
Prejuízos acumulados		(167.139)	(302.122)
Total do passivo e patrimônio líquido		2.861.897	2.476.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	14	21.883	12.448
Custo dos serviços prestados		(1.755)	(347)
Custo com pessoal		(1.755)	-
Serviços		-	(55)
Materiais, equipamentos e veículos		-	(3)
Outros		-	(289)
Lucro bruto		20.128	12.101
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(36.976)	145.485
Despesas com pessoal		(25.586)	(20.030)
Depreciação e amortização		(653)	(410)
Serviços		(3.526)	(7.896)
Gastos com viagens e estadias		(1.632)	(769)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.633)	-
Materiais, equipamentos e veículos		(141)	(116)
Outros		(3.805)	(2.331)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	177.037
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	167.903	(146.001)
Resultado antes do resultado financeiro		151.055	11.585
Resultado financeiro	15	2.928	(1.812)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		153.983	9.773
Imposto de renda e contribuição social - correntes	7	-	-
Lucro líquido do exercício		153.983	9.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	153.983	9.773
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	(228)	535
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de pensão	(228)	535
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	(99.271)	(228.713)
Ajustes na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	(99.271)	(228.713)
Total do resultado abrangente do exercício	54.484	(218.405)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Reserva de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022		4.133.239	-	48.862	244.638	1.076.773	(264.895)	5.238.617
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	9.773	9.773
Destinações:								
Transferência da CPC para CCR S.A, do ágio na aquisição de parcela de investimento da ATP 0,005% em 31 de março 2020		-	-	1	-	-	-	1
Transferência da CPC para CCR S.A, do ágio da empresa SPCP em 01 de dezembro de 2022		-	-	(49.820)	-	-	-	(49.820)
Aumento de capital social em 24 de fevereiro de 2022		244.638	-	-	(244.638)	-	-	-
Redução de capital social em 01 de dezembro de 2022		(2.600.000)	-	-	-	-	-	(2.600.000)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2022 (líquido)		-	-	-	-	-	(39.950)	(39.950)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2022 (IRRF)		-	-	-	-	-	(7.050)	(7.050)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	957	-	(229.670)	-	(228.713)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.777.877	-	-	-	847.103	(302.122)	2.322.858
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	153.983	153.983
Aumento de capital social em 24 de maio de 2023		76.000	-	-	-	-	-	76.000
Aumento de capital social em 31 de agosto de 2023		450.000	-	-	-	-	-	450.000
Redução de capital social em 20 de dezembro de 2023		(150.000)	-	-	-	-	-	(150.000)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	13.5	-	1.403	-	-	-	-	1.403
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	-	(16.150)	(16.150)
Juros sobre capital próprio em 15 de dezembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	-	(2.850)	(2.850)
Destinações:								
Ajuste de avaliação patrimonial	13.3	-	-	-	-	(99.499)	-	(99.499)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.153.877	1.403	-	-	747.604	(167.139)	2.735.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Participações em Concessões

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		153.983	9.773
Ajustes por:			
Equivalência patrimonial		(167.903)	146.001
Depreciação e amortização	10 e 11	449	410
Depreciação - direito de uso em arrendamento		204	-
Resultado de operações com derivativos		-	3.396
Juros e variação monetária com partes relacionadas	16	(335)	4.207
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos trabalhistas e previdenciários		1.038	20
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	16	32	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	16	408	-
Ganho na alienação de participação acionária nas Albas		-	(132.101)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		1.090	-
Rendimento de aplicação financeira		(652)	(6.274)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber de partes relacionadas	8	7.624	16.695
Tributos a recuperar		(5.022)	(6.900)
Dividendos e juros sobre capital próprio		146.651	693.793
Despesas antecipadas e outros créditos		346	(235)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(585)	108
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	8	(293)	(56.356)
Obrigações sociais e trabalhistas		3.173	(5.227)
Impostos e contribuições a recolher para imposto de renda e contribuição social		(9.635)	9.016
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(253)	(7.521)
Pagamentos de provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	12.1	(263)	(203)
Outras obrigações		29	4
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		130.086	668.606
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de capital em investidas e outros movimentos		(450.000)	(189.638)
Aplicações financeiras líquidas de resgate		58.293	(8.872)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(391.707)	(198.510)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre capital próprio pagos		-	(7.050)
Liquidação de operações com derivativos		-	(3.396)
Integralização de capital		450.000	76.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(450)
Redução de capital		(150.000)	(647.880)
Arrendamento:			
Pagamentos de principal		(226)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		299.774	(582.776)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		38.153	(112.680)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		10.815	123.495
No final do exercício		48.968	10.815
		38.153	(112.680)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, atuando no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas e negócios afins, sendo responsável pela administração direta de eventuais novos negócios. A sede está localizada na Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo - SP.

Em 31 de maio de 2010, a CPC incorporou a **Engellog**, que tinha como objeto social a prestação de serviços técnicos de engenharia e gerenciamento de obras, bem como a prestação de serviços de tecnologia da informação para as empresas controladas da CCR. Mediante a incorporação, as áreas de engenharia e tecnologia da informação foram reestruturadas, criando, respectivamente, a **Divisão Engellog** e a **Divisão Engellogtec**, ambas com autonomia de gestão e foco nos resultados em suas áreas de atuação. A incorporação teve o objetivo de propiciar uma melhor gestão dos ativos da Companhia, além de oferecer um importante diferencial competitivo no processo de análise e avaliação de novos negócios.

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia transferiu como parte dos pagamentos da redução de capital, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o acervo líquido da Engellog e Engellogtec a sua acionista CCR.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2022, foi aprovada a redução de capital da Companhia em favor da CCR S.A., no valor de R\$ 2.600.000. O pagamento foi realizado parte em moeda corrente (R\$ 647.880) e parte com entrega à CCR de participação acionária detida pela CPC nas controladas Metrô Bahia, Barcas, MSVia, Lam Vias, ATP, ND e SPCP (R\$ 1.952.120).

A seguir estão demonstradas as empresas que a Companhia possui participação e os percentuais de participação pertinentes à CPC de forma direta ou indireta:

Holdings e Serviços

Empresas	País	Investidoras	% de participação
CCR España	Espanha	CCR	100
CCR España Emprendimientos	Espanha	CCR	100
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	CCR	100
IAF	Espanha	CCR	46,5
SPAC	Brasil (MG)	CCR	75

Aeroportos

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Aeroportos	Fim da concessão
Aeris	Costa Rica	Aeropuertos	42,50	1	Maio de 2036
		Desarrollos	52,40		
		Terminal	2,60		
BH Airport	Brasil	SPAC	51	1	Maio de 2044
Bloco Central	Brasil	CPC	100	6	2051
Bloco Sul	Brasil	CPC	100	9	2051
CAP	Curaçao	CAI	100	1	Abril de 2033
Pampulha	Brasil	CPC	100	1	Fevereiro de 2052
Quiport	Equador	Quiport Holdings	46,50	1	Janeiro de 2041

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Aeropuertos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	48,77
		CCR Costa Rica Concesiones	51,23
CAI	Curaçao	CCR España Concesiones	39
		CPA	51
CARE	Curaçao	CAI	100
CCR España Concesiones	Espanha	CPC	100
CCR España Empreendimientos	Espanha	CPC	100
CCR Costa Rica Concesiones	Costa Rica	SJO	99,29
CCR Costa Rica Empreendimientos	Costa Rica	CCR España Concesiones	100
CPA	Brasil	CCR España Concesiones	80
Desarrollos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	51
		CCR Costa Rica Concesiones	49
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	CPC	100
IBSA BVI	USA	Green Airports	50
		SJO	50
IBSA Finance	Barbados	IBSA BVI	100
Icaros	Equador	Quiport Holdings	100
IAF	Espanha	CPC	46,50
Quiport Holdings	Uruguai	CCR España Empreendimientos	100
Quiama Ecuador	Equador	Quiama	100
Quiama	USA	CCR España Empreendimientos	50
SJO Holding	Ilhas Virgens Britânicas	CCR España Concesiones	99,29
SPAC	Brasil	CPC	75
Terminal	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos	50
		CCR Costa Rica Concesiones	50

Outras informações

As concessões da Companhia consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os poderes concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apesar de os contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os direitos dos Poderes Concedentes de rescindir os contratos de concessão das investidas da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

Os contratos de concessão das investidas da Companhia poderão ser rescindidos por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pelas concessionárias investidas da Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1 Principais eventos societários

1.1.1 Revisões Extraordinárias do Contrato de Concessão – Aeris

a. Adenda nº4 ao Contrato para la Gestión Interesada de Los Servicios Aeroportuarios prestado em el Aeropuerto Juan Santamaria (“Contrato de Gestão Interessada”)

Em 15 de maio de 2023 foi aprovada pelos órgãos competentes da Costa Rica a Adenda nº4 ao Contrato para la Gestión Interesada de Los Servicios Aeroportuarios prestado em el Aeropuerto Juan Santamaria (“Contrato de Gestão Interessada”), firmado por sua controlada indireta Aeris Holding Costa Rica, S.A. (“AERIS”), com a gestora do Aeroporto Internacional Juan Santamaria e o Consejo Técnico de Aviación Civil (“Aditivo”), que vigorou a partir de 30/05/2023. O Aditivo teve por objeto a recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Gestão Interessada, no montante de US\$109.270.679,76, devido às perdas incorridas pela AERIS relativas à pandemia do COVID-19, que foi realizada mediante extensão do prazo da concessão por 10 (dez) anos adicionais ao período originalmente contratado, bem como implementação de uma tarifa adicional por Recuperación Económica del COVID-19, no valor de USD 1,56, a ser cobrada por passageiro entrando e/ou saindo do Aeroporto Internacional Juan Santamaria.

1.1.2 Demais eventos societários

a. Destaque de juros sobre capital próprio - Pampulha

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2023, foi aprovado o destaque de juros sobre o capital próprio com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2022, no valor bruto de R\$ 2.188.169,88.

1.2 Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia, é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a concessionária e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

A administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis aos contratos de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4(a) (iv) desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas.

Em 21 de março de 2024, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

3.9. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;

12. Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e

16. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Investimentos

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas em conjunto

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle conjunto deixa de existir.

3.2 Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.3 Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

A Companhia também auferir receitas decorrentes de prestação de serviços administrativos para outras empresas do Grupo, não controladas, e as reconhece à medida da realização da prestação de serviços.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 14.

3.4 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócio) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6 Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

3.7 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.8 Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.9 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.11 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12 Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete o lucro ou prejuízo tributável ou o resultado contábil.

3.14 Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:

- CPC 50 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).

3.15 Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26;
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26; e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40.

4 Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixas e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5 Gerenciamento de riscos financeiros

5.1 Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 8 e 16.

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativo aos financiamentos e do Certificado de Depósito Interbancário – (CDI) relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 8 e 16.

As tarifas da concessão são reajustadas por índices de inflação.

c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros, com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d. Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas na respectiva nota explicativa.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	97
Fornecedores e outras obrigações	855
Juros sobre capital próprio	56.100

6 Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2023	2022
Caixa e bancos	632	596
Aplicações financeiras (a)	48.336	10.219
Total	48.968	10.815

Aplicações financeiras	2023	2022
Aplicações financeiras (a)	225	57.866
Total	225	57.866

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,21% do CDI, equivalente a 13,26% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (101,93% do CDI, equivalente a 12,67% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo.

7 Imposto de renda e contribuição social

7.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	153.983	9.773
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(52.354)	(3.323)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	57.088	(49.641)
Despesas indedutíveis	(290)	(66)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(2.475)	(1.005)
Lucros auferidos no exterior	(4.531)	(4.828)
Juros sobre capital próprio	5.716	15.980
IR e CS não constituído sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	(3.528)	(2.031)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	374	-
Reclassificação ajuste acumulado de conversão	-	44.914
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias no montante de R\$ 200.354 (R\$ 68.120 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2023) e em 31 de dezembro de 2022 montante de R\$ 192.710 (R\$ 65.521 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2022) por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controlada em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2023				2022			
	Controladoras	Controladas	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras	Controladas	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	3	12.321	3.211	15.535	115	11.276	24.933	36.324
Aplicações financeiras	-	-	989	989	-	-	23.216	23.216
Bancos conta movimento	-	-	610	610	-	-	555	555
Contas a receber	3	435	455	893	115	8.397	5	8.517
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	9.279	1.157	10.436	-	559	1.157	1.716
Mútuo	-	2.607	-	2.607	-	2.320	-	2.320
Passivo	56.100	25	72	56.197	116.178	-	538	116.716
Fornecedores	-	25	72	97	-	228	162	390
Dividendos e juros sobre capital próprio	56.100	-	-	56.100	39.950	-	-	39.950
Adiantamento para futuro aumento de capit	-	-	-	-	76.000	-	-	76.000
Outros débitos	-	-	-	-	-	-	376	376

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações	2023				2022			
	Controladoras	Controladas	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras	Controladas	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	579	579	14	-	210	224
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	1.219	693	1.912	-	40	411	451
Custos / despesas - lanches e refeições	-	-	(1)	(1)	-	-	-	-
Custos / despesas - serviços de campanhas e eventos promocionais	-	62	-	62	-	-	-	-
Custos / despesas - infraestrutura utilizada	-	-	(43)	(43)	262	-	-	262
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	-	2	2	3.025	-	1.595	4.620
Despesas financeiras - derivativos	-	-	-	-	-	-	2.137	2.137
Repasse de custos e despesas - CSC	203	-	-	203	380	829	-	1.209
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(1.036)	(653)	(514)	(2.203)	2.415	47	625	3.087
Receitas de aplicações financeiras	-	-	(2.479)	(2.479)	-	-	4.292	4.292
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	315	239	554
Receita de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	(22.085)	-	(22.085)	-	-	-	-
Receitas financeiras - mútuos	-	(335)	-	(335)	-	283	-	283
Prestação de serviços - CSC	-	-	-	-	-	12.202	336	12.538

8.1. Despesas com profissionais-chave da Administração

	Diretores - Estatutários e não estatutários	
	2023	2022
Remuneração: (a)	14.459	12.794
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	8.191	4.910
Outros benefícios:	6.268	7.884
Provisão para remuneração variável do ano	4.834	4.843
Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	954	2.698
Previdência privada	471	336
Seguro de vida	9	7

8.2. Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	2023	2022
Remuneração dos administradores (a)	5.583	5.367

- (a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração e diretoria estatutária e diretoria não estatutária); e
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram efetuados pagamentos de PPR na Companhia no montante de R\$ 5.797.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 18 de abril de 2023, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria estatutária e não estatutária da Companhia no montante de R\$ 5.800, incluindo salários, benefícios, remuneração variável paga no ano e contribuição para seguridade social.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Investimentos

9.1 Composição dos investimentos

			Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado de participações societárias	
Controladas e controladas em conjunto	Atividade principal	% de participação em 2023	2023	2022	2023	2022
No Brasil						
Barcas	Concessão aquaviária	100	-	-	-	(174.331)
Bloco Central	Concessão aeroportuária	100	371.197	213.828	(42.753)	(58.708)
Bloco Sul	Concessão aeroportuária	100	996.443	839.648	(93.388)	(127.168)
Lam Vias	Holding	-	-	-	-	154
Metrô Bahia	Concessão de transporte de passageiros	-	-	-	-	102.312
MSVia	Concessão rodoviária	-	-	-	-	(244.801)
Pampulha	Concessão aeroportuária	100	58.612	55.442	5.308	2.353
SPAC	Holding	75	(51.665)	(17.247)	(34.990)	(7.195)
SPCP	Holding	-	-	-	-	(502)
No exterior						
CCR España	Holding	100	386.347	210.297	195.409	(97.692)
CCR España Emprendimientos	Holding	100	678.060	756.274	124.602	445.340
Green Airports	Holding	100	245.714	250.459	13.744	14.046
IAF	Holding	46,50	5.345	12.842	1.594	1.263
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios			31.884	37.048	(1.623)	(1.072)
Total			2.721.937	2.358.591	167.903	(146.001)

9.2 Movimentação do investimento

	Controladora	
	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	2.358.591	5.107.402
Resultado de equivalência patrimonial	167.903	(146.001)
Transação com sócios e Aquisição de participação	-	(49.819)
Aumento/(redução) de capital	450.000	190.088
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(155.371)	(694.352)
Ajuste de avaliação patrimonial	(99.499)	(96.607)
Outras movimentações	313	(1.952.120)
Saldos em 31 de dezembro	2.721.937	2.358.591

9.3 Informações financeiras resumidas

	2023			2022			2023		2022	
	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Controladas										
No Brasil										
ATP	-	-	-	3.526	21.025	(17.499)	-	-	3.256	(1.468)
Barcas	-	-	-	206.202	689.771	(483.569)	-	-	94.796	(216.901)
Bloco Central	1.243.446	872.248	371.198	1.046.782	832.954	213.828	383.330	(42.757)	219.609	(58.708)
Bloco Sul	3.650.511	2.654.069	996.442	3.146.054	2.306.406	839.648	845.503	(93.392)	384.960	(127.168)
Lam Vias	-	-	-	430	7	423	-	-	-	181
Metrô Bahia	-	-	-	5.810.006	3.913.631	1.896.375	-	-	915.261	7.365
MSVia	-	-	-	1.177.459	841.143	336.316	-	-	229.307	(306.138)
Pampulha	123.559	64.948	58.611	71.002	15.560	55.442	56.286	5.308	23.857	2.353
SPAC	334	69.221	(68.887)	590	22.395	(21.805)	-	(47.082)	-	(9.582)
SPCP	-	-	-	401.980	56	401.924	-	-	-	(1.475)
No Exterior										
CCR España	470.644	84.298	386.346	388.763	175.484	213.279	-	195.409	-	(97.692)
CCR España Emprendimientos	678.635	574	678.061	757.156	887	756.269	-	124.602	-	445.340
Green Airports	246.892	1.178	245.714	251.725	1.267	250.458	-	13.744	-	14.046
Total	6.414.021	3.746.536	2.667.485	13.261.675	8.820.586	4.441.089	1.285.119	155.832	1.871.046	(349.847)

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos operacionais	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	266	290	618	1.174	301	1.475
Depreciação	(98)	(96)	(216)	(410)	-	(410)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	168	194	402	764	301	1.065
Custo	979	959	2.158	4.096	301	4.397
Depreciação acumulada	(811)	(765)	(1.756)	(3.332)	-	(3.332)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	168	194	402	764	301	1.065
Transferências	-	297	-	297	(297)	-
Depreciação	(98)	(135)	(216)	(449)	-	(449)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70	356	186	612	4	616
Custo	979	1.256	2.158	4.393	4	4.397
Depreciação acumulada	(909)	(900)	(1.972)	(3.781)	-	(3.781)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	70	356	186	612	4	616
Taxa média anual de depreciação % Em 31 de dezembro de 2023	10	16	10			

11 Intangível

	Intangível			
	Uso de sistemas informatizados	Total em operação	Sistemas informatizados em andamento	Total do Intangível
Saldos em 01 de janeiro de 2022	15	15	406	421
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15	15	406	421
Custo	17	17	406	423
Amortização acumulada	(2)	(2)	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15	15	406	421
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15	15	406	421
Custo	17	17	406	423
Amortização acumulada	(2)	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15	15	406	421
Taxa média anual de amortização % Em 31 de dezembro de 2023	22			

12 Riscos trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciárias.

12.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	22	22
Constituição	1.004	1.004
Pagamentos	(263)	(263)
Atualização de bases processuais e monetária	34	34
Saldo em 31 de dezembro de 2023	797	797

12.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2023	2022
Trabalhistas e previdenciários	2.385	250
Total	2.385	250

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia é de R\$ 2.153.877, dividido em 1.030.907.105 nominativas ordinárias e 1.030.907.105 nominativas preferenciais.

Em 24 de maio 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada o aumento de capital social da Companhia no valor total de R\$ 76.000, mediante a capitalização de créditos de contratos de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) realizados em 2022.

Em 31 de agosto 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada o aumento de capital social da Companhia no valor total de R\$ 450.000, mediante aporte em moeda corrente do País.

Em 20 de dezembro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital da Companhia em favor da CCR S.A., no valor de R\$ 150.000.

As ações estão assim distribuídas:

	2023				2022			
	Participação acionária	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Ações integralizadas	Participação acionária	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Ações integralizadas
CCR S.A.	99,99999999%	1.030.907.104	1.030.907.105	2.061.814.209	99,99999999%	888.386.570	888.386.571	1.776.773.141
SIP - Sociedade de Investimentos e Participações Ltda	0,00000001%	1	-	1	0,00000001%	1	-	1
	100%	1.030.907.105	1.030.907.105	2.061.814.210	100%	888.386.571	888.386.571	1.776.773.142

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2 Juros sobre capital próprio

Em 15 de dezembro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, com base no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2022, no montante bruto de R\$ 19.000, correspondente a R\$ 8,7523166206 por ação, após a dedução do imposto de renda na fonte de 15%, o montante líquido é de R\$ 16.150, serão pagos conforme vierem a ser liberados oportunamente.

13.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:

- Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.
- Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefícios definido.

13.4 Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos para futuro aumento de capital recebidos pela Companhia de seus acionistas, destinados a aumentar o capital social.

13.5 Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que entrou em vigor nesta data.

O Plano ILP prevê a outorga de Ações de Retenção e Ações de Performance a administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas subsidiárias, de forma atrelada à avaliação de sua performance no Grupo CCR. Dessa forma, os principais objetivos do Plano são motivar e reter tais executivos, bem como alinhar seus interesses aos da Companhia e de seus acionistas. As outorgas poderão ser exercidas anualmente, a partir do terceiro ano, em três parcelas iguais, na proporção de 1/3 cada parcela, visto que a primeira, segunda e terceira parcela tem um período de vesting de 2, 3 e 4 anos, respectivamente, tendo o plano uma duração total de 5 anos. As outorgas em Ações de Performance estarão sujeitas a uma meta de performance com base no atingimento de 80% do TSR (*total shareholder return*) alvo real da Companhia no período.

A controladora utilizada o modelo Black-Scholes-Merton para precificação do valor justo das ações outorgadas, da parcela atrelada à performance, visto que estas dependem de atingimento de gatilho baseado no TSR. Os principais parâmetros de precificação foram:

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 108.370;
- Data da outorga: 26 de junho de 2023;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,72;
- Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R\$ 13,38, R\$ 15,17 e R\$ 16,96;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data base da outorga): 2,51%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,01%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 12,25%, 8,25% e 8%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de vesting), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de vesting) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de vesting).

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 108.370 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora, em 26 de junho de 2023 (data de outorga), de R\$ 13,96, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 1.403.

14 Receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Receita bruta	22.085	12.539
Receita de partes relacionadas	22.085	12.539
Deduções das receitas brutas	(202)	(91)
Impostos sobre receitas	(202)	(91)
Receita operacional líquida	21.883	12.448

15 Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	(8.419)	(15.101)
Juros e variações monetárias sobre parcela retida nas aquisições de negócio	-	(4.808)
Perda com operações de derivativos	-	(3.633)
Impostos sobre remessa no exterior	-	(669)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(613)	(15)
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	-	(97)
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(32)	-
Comissões sobre fianças	(4.358)	(3.179)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(3.416)	(2.700)
Receitas financeiras	11.347	13.289
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.881	12.380
Ganho com operações de derivativos	-	237
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	205	15
Juros e variações monetárias sobre ativos	335	601
Juros e outras receitas financeiras	1.926	56
Resultado financeiro líquido	2.928	(1.812)

16 Instrumentos financeiros

16.1 Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2023	2022
Ativos	Nível	63.129	81.234
Valor justo através do resultado		49.193	68.681
Caixa e bancos	Nível 2	632	596
Aplicações financeiras	Nível 2	48.561	68.085
Custo amortizado		13.936	12.553
Mútuo com partes relacionadas		2.607	2.320
Dividendos e juros sobre capital próprio		10.436	1.716
Contas a receber de partes relacionadas		893	8.517
Passivos		(57.052)	(41.343)
Custo amortizado		(57.052)	(41.343)
Fornecedores e outras obrigações		(855)	(1.003)
Juros sobre o capital próprio		(56.100)	(39.950)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(97)	(390)
Total		6.077	39.891

16.2 Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2023, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou e liquidou *NDF* para a proteção contra a variação cambial em relação aos saldos abertos com a fornecedora Alstom.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro resumido sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

	Data de vencimento	Valores brutos contratados e liquidados		Resultado	
		Moeda local		Perda em resultado	
		Recebidos/(Pagos)		2023	2022
		2023	2022	2023	2022
<i>NDF - risco de câmbio</i>					
Posição Ativa	2022	-	(3.396)	-	(3.396)
		-	(3.396)	-	(3.396)

16.3 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

16.4 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro

Risco	Exposição em R\$ ^{(3) e (4)}	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	48.700	5.102	3.831	2.558
Efeito sobre as aplicações financeiras		5.102	3.831	2.558
CDI ⁽²⁾	(2.903)	(340)	(425)	(510)
Efeito sobre mútuos		(340)	(425)	(510)
Total do efeito líquido de ganhos		4.762	3.406	2.048

A taxa de juros considerada foi⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	11,6500%	14,5625%	17,4750%
--------------------	----------	----------	----------

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

17 Demonstrações dos fluxos de caixa

17.1 Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	76.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	76.000	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(76.000)	-
Capital social	(76.000)	-

17.2 Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Adiantamento para futuro aumento de capital	Capital social	Arrendamentos	Total
Saldo inicial	(76.000)	(1.777.877)	-	(1.853.877)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	-	(300.000)	226	(299.774)
Aumento e redução de capital em investidas	-	(300.000)	-	(300.000)
Pagamentos de principal e juros	-	-	226	226
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(441)	(441)
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	-	-	(32)	(32)
Adições	-	-	(409)	(409)
Saldo final	(76.000)	(2.077.877)	(215)	(2.154.092)

18 Evento subsequente

Em 1 de fevereiro 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada o aumento de capital social da Companhia no valor total de R\$ 160.000, mediante aporte em moeda corrente do País.

Em 15 de fevereiro de 2024, houve um aporte de capital social no montante de R\$ 60.300, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2021.

Em 15 de fevereiro de 2024, houve um aporte de capital social recebido da acionista CCR no montante de R\$ 65.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 1 de fevereiro de 2024.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar
Fábio Russo Corrêa

Diretor Presidente
Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0